



## Declaração São Paulo

DE 1989

Por ocasião da Jornada Comemorativa do 25º. aniversário da Carta de Veneza, em São Paulo, associados do CB/ICOMOS

Analisando o texto normativo, colocaram para discussão e debate, com vistas à IX Assembléia Geral do ICOMOS em Lausanne, as seguintes reflexões:

Que o texto da Carta, embora conciso e claro, apresenta insuficiências decorrentes do avanço das ciências, que ampliaram o campo de trabalho em preservação e restauro, tornando necessária uma revisão de conceitos e obrigando a participação efetiva, e não apenas formal, de profissionais de áreas contemporaneamente desenvolvidas.

Que, em decorrência do progresso tecnológico, é possível estabelecer por sensoriamento remoto, aerofotogrametria, reprodução a laser, microscopia eletrônica e outros meios, os levantamentos de grandes e pequenas áreas naturais críticas, cuja defesa é indispensável, indissociável da conservação dos sítios históricos urbanos e rurais e fundamental no estudo territorial e fundiário dos espaços urbanos.

Que a preservação do patrimônio natural deve ser incorporada ao texto, como entendimento cultural da harmonia entre a proteção dos sítios urbanos e rurais e a preservação da biodiversidade como incentivo em todos os projetos com a natureza (design with nature).

Que os sistemas de tecnologia avançada prestam aos trabalhos de restauro em todos os níveis, inclusive materiais, um grau de precisão essencial à manutenção da substância original dos acervos artísticos e documentais, dos monumentos e do patrimônio urbano edificado.

Que a análise formulada pela metodologia crítica das ciências sociais e exatas vem permitir a revisão e atualização de conceitos tradicionais, cuja limitação profissional e ideológica é preocupante.

Que o desenvolvimento dos meios de comunicação tem atraído para a área de conservação contingentes cada vez maiores de interessados fora dos campos profissional e acadêmico,



demonstrando que essa parcela organizada da sociedade civil quer participar, e somente buscando seu efetivo apoio garantir-se-á o êxito da política preservacionista.

Que populações marginalizadas, ocupantes dos centros históricos urbanos de todas as nações, devem poder alcançar melhoria real na qualidade de vida de seu cotidiano, através de projetos de restauração e reciclagem que considerem, também, sistemas habitacionais de padrão condizente com a dignidade e cidadania das populações.

Que é necessário estabelecer a equivalência entre as nações, invalidando conceitos hierárquicos ultrapassados de valores civilizatórios responsáveis pelo desprestígio de culturas regionais, cujos testemunhos merecem, por sua riqueza e variedade, reconhecimento e divulgação.

Que os Comitês Nacionais do ICOMOS devem assessorar ao máximo as associações civis de defesa cultural, utilizando, para esse fim, seu quadro de associados e seus recursos informativos, bem como, incentivar juntos às entidades cursos especializados para agentes de preservação.

Que a Carta de Veneza deve permanecer como modelo e fonte de consulta testemunho documental, no gênero mais relevante de sua época histórica.